

EDITORIAL

Esta vigésima quarta edição da Revista *AVALIAÇÃO* traz importantes contribuições teóricas para o campo da avaliação educativa. São distintos trabalhos, de diversas origens e referidos a diferentes temas, porém quase todos eles reafirmam, ainda que nem sempre explicitamente, que educação é um bem público. O mesmo vale para a formação e para o conhecimento. Como todas as instituições educacionais têm como finalidade a formação (cabe discutir os sentidos da formação), independentemente de quem as provê, necessariamente têm uma função pública e social. Esta é uma característica essencial. Respeitadas as especificidades que definem as identidades institucionais, as instituições educativas de nível superior devem ou deveriam estar comprometidas com a formação de cidadãos com elevada competência técnico-profissional, ético-política, humana e social – e aqui há uma concepção de formação distinta da mera capacitação profissional. Em outras palavras, as instituições educativas de nível superior devem pôr suas atividades pedagógicas, científicas, políticas e administrativas a serviço do desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades, reafirmando os valores primordiais da democracia. Da premissa da educação como bem público decorre o sentido básico da avaliação também como bem público, portanto um fenômeno político, penetrado de contradições, cujos efeitos adquirem grande importância para a vida social e econômica. Por isso, a comunidade educativa não pode abrir mão desse instrumento valioso de julgamento e construção de sua dimensão pública e social. Caso contrário, a avaliação será imposta de fora como controle e instrumento de poder. A avaliação educativa deve ser uma profunda indagação sobre o sentido da formação propiciada em cada instituição. Dizendo de outra maneira, o essencial de uma avaliação institucional é atribuir juízos de valor a respeito da qualidade científica e da relevância social de seus processos e produtos, como parte essencial de sua responsabilidade social. Sua intencionalidade deve ser educativa. Então, não pode se realizar meramente como controle, tampouco deve operar com a lógica do prêmio e do castigo ou do vigiar e punir. Sua intencionalidade, seu sentido hegemônico, ou seja, a direção intencionalmente assumida é a busca da construção e da consolidação da melhoria das funções fundamentais da instituição educativa, que passa pela elevação da consciência política e pedagógica dos atores institucionais e pelo aumento da profissionalização docente. É claro que nem sempre as instituições e suas avaliações se desempenham em conformidade com essas premissas. Há uma enorme diversidade de natureza e grau relativamente ao papel social concretamente cumprido pelas instituições educacionais. As instituições não existem em planos abstratos, de modo

que as suas avaliações também só concretamente é que podem se realizar. Elas não podem se exercitar como controle de produtos abstraídos dos processos que os construíram e lhes dão sentido. As avaliações, referidas a instituições concretas e historicamente definidas, devem estar orientadas para a compreensão, melhoria e ampliação da educação ou da formação como bem público e social.

Há, pois, uma grande tensão nos processos avaliativos, que, aliás, coincidem com as contradições que constituem o sistema educacional e as concepções de educação e sociedade. A propósito, vale citar um autor português: “Elemento fundamental de qualquer sistema de ensino, a avaliação sofre as incertezas e as contradições que acompanham aquele, no tempo presente. Enquanto as tendências teóricas desenvolvem perspectivas adequadas aos grandes princípios da educação moderna em que sobressaem a liberdade, a autonomia, a democratização, a solidariedade, a preparação para a mudança e o sucesso, a racionalização e o controlo dos grandes investimentos que a educação comporta, bem como o reconhecimento da necessidade de melhoria da qualidade das escolas, conduzem ao desenvolvimento de medidas e de práticas em que a prestação de contas e a eficácia são critérios de importância primordial. A dificuldade de conjugação destas duas perspectivas encontram paralelo na dificuldade de articulação dos dois padrões avaliativos que os servem: num caso, uma avaliação contínua de carácter predominantemente qualitativo e formativo; no outro, uma avaliação quantitativa e sumativa.” (Machado, Fernando Augusto. 1994. Avaliação em Tempo de Mudança, Edições Asa, Porto). A avaliação é um campo conflituoso. De um lado se colocam os que a vêem segundo a perspectiva dos princípios educativos. Avaliação educativa traz elementos fundamentados para a reflexão. De outro, os que a transformam em instrumento de poder e controle. As avaliações promovidas pelos governos, em geral, se orientam pela ideologia da eficiência.

Textos. Angel Díaz Barriga traça um amplo panorama das principais tendências em avaliação. Salienta o autor que, em geral, os vários modelos avaliativos postos em prática na América Latina, de modo especial os praticados em seu país, o México, com diferentes finalidades, se inspiram acriticamente em experiências norte-americanas. Segundo ele, quase não há entre os responsáveis pela administração e mesmo na comunidade educacional estudos e debates sobre as opções teóricas, a dimensão político-ideológica e os instrumentos técnicos subjacentes aos sistemas de avaliação. A falta de crítica e estudos acaba engendrando a incultura no desenvolvimento da avaliação. Em vez de ser um processo que reflete sobre os papéis da educação superior no desenvolvimento social, isto é, que melhore o funcionamento do sistema educativo e sua função na sociedade, a avaliação vem sendo exercitada com objetivos imediatistas, através das práticas importadas dos exames nacionais, avaliação de qualidade, sistemas de credenciamento, merit pay, controle de rendimentos, critérios de financiamento etc.

Denise Leite também denuncia a incultura e a deturpação da avaliação. Em vez de estar a serviço da construção do compromisso com a democracia, a avaliação tem sido usada como instrumento da centralização, da homogeneização e do controle. Cada vez mais a avaliação vem sendo praticada como um eficiente instrumento do controle do estado sobre o sistema superior. Entretanto, uma outra prática, baseada em outra concepção, é possível. A partir de estudos realizados sobre experiências em alguns países latino-americanos, a autora observa que nos casos em que a instituição tem o controle de sua avaliação, esta pode ser um organizador qualificado que favorece a produção de auto-conhecimento e, para além da melhoria de sua gestão, contribui para a formação das subjetividades comprometidas com a democracia.

Telma Mildner e Aleksandro da Silva analisam o ENEM como forma alternativa ou complementar aos Exames Vestibulares. Segundo os autores, tanto o Exame Nacional do Ensino Médio como os Exames vestibulares são mecanismos classificatórios e sistemas seletivos de concluintes e egressos do Ensino Médio, visando o aproveitamento total das vagas em Educação Superior. Os autores defendem a idéia de que ambos são mecanismos de verificação de resultados educacionais e não se caracterizam como avaliação, pois, ignoram, dentre muitas coisas, “a ação das diferenças e necessidades de aprendizagem e de ensino dos alunos sobre as práticas pedagógicas que vivenciam”, bem como “não constituem objeto de investigação, modos de reelaboração e aperfeiçoamento das práticas pedagógicas”. Os autores questionam, em segundo lugar, a “validade de conteúdo” do ENEM. Após análises detalhadas de várias provas, concluem que muitos itens não cumprem essa exigência da “validade de conteúdo”. Os “Boletins Individuais de Resultados” emitidos pelo MEC/INEP, que têm importante papel no mundo do trabalho, não seriam, então, nada confiáveis.

Lilian Anna Wachowicz e Joana Paulin Romanowski consideram que a fragmentação das práticas avaliativas produzem alienação, no caso, mais propriamente, a não participação nos processos de aprendizagem. Nessas práticas fragmentadas, o conteúdo da aprendizagem escolar já vem prescrito. As autoras não se limitam à crítica. Na segunda parte do trabalho, apresentam uma experiência de ensino com avaliação participativa, utilizando a técnica de assembléia, com papéis determinados. No final, fazem um balanço crítico da experiência, concluindo que de tal forma está a prescrição arraigada na cultura escolar que é difícil substituí-la por processos avaliativos descritivos. Essa cultura alienante e burocrática leva o aluno a não trabalhar para aprender, e sim para compor um histórico escolar. De modo semelhante, o professor não mais trabalha para produzir o conhecimento científico, e sim para compor um relatório. Observa-se aí como a avaliação prescritiva pode estar muito mais a serviço da burocracia e da manutenção, que a favor da construção do conhecimento e da formação para uma sociedade participativa.

Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira e Graziela Giusti Pachane analisam o Programa de Estágio de Capacitação Docente proposto e desenvolvido pela Unicamp. O PECD constituiu parte da formação pedagógica e de experiência docente de estudantes de pós-graduação da Unicamp, no período estudado. O artigo apresenta e discute as fundamentações, a organização e resultados desse programa. Conforme depoimento, esse programa se caracterizou por uma grande e valiosa integração da graduação com a pós-graduação, não só auxiliando na formação docente dos estagiários, mas colocando a disciplina e o curso na situação de intercâmbio de idéias e criatividade. Uma das conclusões: em comparação com outras atividades de formação de professores, como os cursos de atualização e aperfeiçoamento, o Programa de Estágio de Capacitação Docente se mostrou muito mais completo e abrangente.

Sílvia Caetano, neste artigo, se dedica ao tema da formação. Toma como elemento de análise a formação promovida pelo Curso de Graduação da Faculdade de Engenharia de Alimentos da Unicamp, examinando depoimentos de egressos. Este estudo se insere nas preocupações com as reformas curriculares nesse curso, e investiga os saberes exigidos e produzidos nas diversas práticas desse profissional. Dentre as conclusões, com base nos depoimentos, constata a grande importância da graduação na aquisição de conhecimentos teóricos básicos e técnicos, porém, por outro lado, a baixa contribuição do curso relativamente ao desenvolvimento de saberes da prática. A partir dessa constatação, apoiada no levantamento de opiniões de egressos, a autora propõe que os esforços de reestruturação curricular no âmbito da Engenharia de Alimentos considerem os saberes da prática como base do projeto pedagógico.

José Dias Sobrinho
editor